

EDUCAÇÃO

Hoje, fiscalização nacional nas escolas.

O MEC e a Sunab querem saber se elas estão cobrando a mais suas mensalidades

Muitas escolas particulares de todo o Brasil serão surpreendidas hoje logo de manhã pela Sunab e pelo Ministério da Educação com uma blitz, que pretende detectar quais os estabelecimentos que estão praticando a "desobediência civil", e cobrando preços acima do estabelecido pelo governo através do Decreto nº 93.911, baixado em janeiro último. Por ele, as escolas particulares de primeiro grau estão autorizadas a majorar em 35% as mensalidades deste primeiro semestre e ainda mais 15% a serem negociados com os pais.

Todas as delegacias regionais da Sunab estarão envolvidas na fiscalização que, além de apurar os abusos nos preços, também pretende verificar a documentação das escolas, através de técnicos das secretarias estaduais de Educação. De acordo com informação colhida na Sunab, a operação tem início marcado para as 9 horas e se desenrolará por todo o dia com uma equipe de 8 a 9 pessoas (MEC e Sunab) em cada escola.

Para o secretário-geral adjunto do Ministério da Educação, Luiz Bandeira, as multas (que vão até Cz\$ 32 mil) só serão aplicadas a partir das constatações que a Sunab obtiver hoje nas escolas. Segundo ele, os estabelecimentos só poderão ser autuados mediante queixa comprovada feita por algum pai de aluno. A fiscalização programada pelo MEC e pela Sunab tem, segundo o secretário, um "caráter preventivo".

Na Sunab, entretanto, o objetivo é autuar mesmo as escolas que majorarem seus preços acima do estabelecido. "Se forem encontrados 200 carnês com preços superiores ao permitido, a Sunab vai emitir 200 infrações", disse o delegado regional da Sunab de Brasília, Paulo Augusto. Em São Paulo, Marilena Lazarini, diretora regional da Sunab, explica que o trabalho de averiguação será feito hoje em cinco escolas de nível superior. A limitação da fiscalização exclusivamente às faculdades se justifica pelo fato de que pela primeira vez será feito um trabalho conjunto entre Sunab e Mec, sendo que este último só trata de questões relativas ao nível superior.

As denúncias quanto aos 1º e 2º graus estão sendo fiscalizadas exclusivamente pela Sunab. Marilena diz que de 90 denúncias recebi-

das — relativas a todos os níveis — mais de 60 estão sendo analisadas, depois de já terem sido fiscalizadas. A grande surpresa, segundo ela, é que uma "porcentagem significativa" está de acordo com a lei. Isso por que muitas escolas cobram os 35% de reajuste divididos em quatro parcelas, o que é perfeitamente legal. O decreto admite o pagamento em quatro, cinco ou seis parcelas. Terminado o levantamento das 90 denúncias, será feito um dossiê completo para um trabalho junto à Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Estadual de Educação.

Escolas na Justiça

Não bastasse a polêmica gerada entre os pais e as escolas particulares, por causa do aumento das mensalidades, e o fato de os professores das escolas particulares se encontrarem em estado de greve reivindicando aumento salarial de 100%, mais 20% referentes ao gatilho, uma nova bomba caiu ontem sobre o já crítico quadro do ensino pago de 1º e 2º graus do Estado de São Paulo, onde aglutinam-se sete mil escolas que absorvem 150 mil professores, 75 mil funcionários e 1,7 milhão de alunos.

A novidade ficou por conta do mandado de segurança impetrado pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado no último domingo contra a não-inclusão de um representante da entidade na Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Estadual de Educação, que foi instalada ontem pela manhã mas não pôde realizar a primeira sessão graças à presença de um oficial de Justiça, que apresentou a liminar concedida pelo juiz Nilo Cardoso Perpétuo, do plantão judiciário.

Ontem, José Aurélio de Camargo e Sérgio Arcuri, respectivamente presidente e vice-presidente do sindicato, explicaram sua atitude:

— Consideramos ilegal e inconstitucional o Decreto nº 93.911/87 que alterou a composição e competência da comissão, encarregada de analisar os aspectos legais de tudo o que passa pelo conselho.

Segundo Camargo e Arcuri "o próprio Conselho Estadual de Educação apresentou um parecer aprovado em plenário arguindo a ilegalidade do Decreto nº 93.911", mas ainda assim, lembram, a presidente da comissão, Maria Apareci-

da Tamasso Garcia, "solicitou que mandássemos o nome do nosso representante". Fez o mesmo com o outro sindicato mas as duas entidades não se reuniram, procurando um único nome de consenso, "porque o decreto é inconstitucional".

Como havia dois nomes para ocupar uma mesma vaga, a participação do sindicato das escolas particulares de 1º e 2º graus na comissão foi cancelada. Foi isso que levou Camargo e Arcuri a impetrem o mandado de segurança. Agora a entidade aguarda a resposta solicitada à Consultoria Geral da República sobre a inconstitucionalidade do Decreto nº 93.911/87. A Comissão de Encargos Educacionais tem, entre suas atribuições, a responsabilidade de analisar os pedidos de correção de defasagem dos custos das escolas.

Quanto à deflagração do estado de greve pelos professores das escolas particulares — eles querem um aumento de 100% mais os 20% do gatilho e as escolas aceitam conceder apenas 66% —, Camargo informa que o sindicato está orientando seus associados para que, a partir de 1º de março, "enquanto não se resolverem as tratativas salariais, aumentem provisoriamente os salários de seus professores em 66%.

Apesar de negar que as negociações entre as escolas e os professores — cuja data base é 1º de março — estejam difíceis, Camargo não esconde que o próximo encontro entre as duas partes ocorrerá no próximo dia 27, quinta-feira, na Delegacia Regional do Trabalho. No dia anterior está prevista uma assembléia entre os proprietários das escolas particulares, que ocorrerá no Colégio São Bento, onde os professores pretendem organizar um ato de protesto contra seus baixos salários.

Outra recusa

Apesar de indicado para prestar orientações a pais que vêm denunciando irregularidades de escolas de 1º, 2º e 3º graus por órgãos como a Sunab e o Procon, também o Movimento de Arregimentação de Pais e Alunos pelo Cumprimento do Decreto do Governo — órgão representativo dos pais — não teve sua indicação aceita na Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Estadual de Educação. Até o momento, a única explicação, sem

nenhum despacho oficial, é de que a entidade não tem registro legal. Contudo, essa afirmação é contestada por Hebe Magalhães Castro de Tolosa, do Movimento de Pais e Alunos, que considera existir um reconhecimento oficial da entidade, uma vez que os órgãos públicos

a indicam para esclarecer o que é legal e ilegal quanto à cobrança das anuidades escolares.

A orientação do Movimento de Pais e Alunos é para que em primeiro lugar o pai consiga um diálogo com a escola, depois denuncie aos órgãos competentes como Su-

nab e Procon, e finalmente, recorra à via processual, preferencialmente em grupo. Quanto a esse último item, uma boa notícia: Os pais do Externato Jardim Bonfiglioli entraram com uma medida cautelar na Justiça e obtiveram uma liminar.